

# Bracher discute dívida com comitê de bancos

NOVA YORK — Funcionários do governo brasileiro, chefiados pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, encontraram-se ontem em Nova York com banqueiros do comitê assessor para a dívida externa, quando começaram a discutir a renegociação de US\$ 19 bilhões (dívidas de longo prazo) e mais um ano de prazo para a dívida de curto prazo (US\$ 16 bilhões), que vence hoje.

O comitê assessor de bancos é formado por representantes das maiores instituições financeiras norte-americanas, incluindo o Citibank, o Chase Manhattan, o Morgan Guaranty, o Chemical e o Manufacturers Hanover.

Segundo fontes financeiras, Bracher quer pressionar os banqueiros para conseguir ampliação de um ano no prazo de pagamento da dívida de US\$ 16 bilhões. Esse dinheiro é formado por financiamentos comerciais e empréstimos interbancários, em relação aos quais os bancos norte-americanos já concederam anteriormente adiantamentos.

O governo brasileiro pretende obter não apenas a prorrogação das linhas de crédito interbancárias, mas também taxas de juros mais baixas nos processos de refinanciamento, disse ontem Bracher. Após uma reunião com o comitê assessor de bancos para a dívida externa brasileira, Bracher afirmou aos jornalistas que seu objetivo nas conversações, que vão prosseguir hoje, "é conseguir um prazo adicional para negociar e estudar as propostas que serão permitidas".

## COMIND

Um dos pontos principais em pauta, segundo fontes bancárias, é a dívida de US\$ 455 milhões que os bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave deixaram de saldar com bancos internacionais. O governo brasileiro se propôs a pagar a metade dos US\$ 456 milhões aos bancos internacionais, mas isso não satisfez os credores, segundo se informou nos meios financeiros em Nova York.



Arquivo

## Obter menores taxas, uma das metas de Bracher

Bracher, indagado a respeito, respondeu: "Estamos fazendo esforços e investigando os bens desses bancos. Seus ex-proprietários estão colaborando, mas também querem proteger os interesses dos credores brasileiros. Estamos procedendo à liquidação dos bens e pode haver uma surpresa (quanto ao montante a pagar)".

Sobre se o pagamento poderia chegar a 100%, Bracher afirmou que se busca "o máximo possível, mas não diria que vamos chegar a 100%". Bracher respondeu afirmativamente quando lhe perguntaram se o governo brasileiro pretendia pedir uma redução das taxas de juros. Comentou, porém, que da atual rodada de conversações nada se espera de decisivo, exceto uma eventual prorrogação dos créditos bancários.

A questão das dívidas do Comind, Auxiliar e Maisonnave ameaça complicar as conversações e a renovação das linhas de crédito de curto prazo, assim como o refinanciamento de parte da dívida externa brasileira, disseram os banqueiros. O Brasil concordou em pagar 25% da dívi-

da de US\$ 455 milhões em meados do ano, mas o governo ressaltou que qualquer desembolso eventual poderia depender dos ativos dos bancos liquidados.

A impressão geral é que Bracher terá de mostrar-se o mais hábil possível para convencer os banqueiros e obter êxito. "Há temor de um confronto", disse outro banqueiro.

A renovação das linhas de crédito a curto prazo também se complica devido à posição de reserva de alguns bancos sobre a atual extensão, solicitada em agosto do ano passado. Segundo os termos do acordo entre o Brasil e os bancos, a extensão deverá contar com o respaldo de 100% desse antes que possa ser prolongada e alguns banqueiros duvidam que as pressões dos maiores emprestadores surtam efeito sobre instituições que já estavam relutantes.

Com a prorrogação por um ano das linhas de crédito, os bancos também temem uma redução na força que têm nas negociações com os brasileiros, uma vez que o espaço de tempo torna-se maior.